

Independência S.A.
(em recuperação judicial)
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2010 e de 2009

tenção: Sr. Tobias Bremer
Sr. Carlos Brocchi

Ilmos. Srs.
Independência S.A. (em recuperação judicial)
Cajamar - SP

Prezados Senhores:

- 1 Conforme carta-proposta de 3 de fevereiro de 2010, fomos contratados para a realização de revisão limitada do balanço patrimonial da Independência S.A. (em recuperação judicial) ("Companhia") em 31 de março de 2010, e das correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do trimestre findo nessa data. Essas demonstrações foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e estão sendo apresentadas no anexo a presente.
- 2 Não obtivemos suficientes evidências sobre certos saldos e transações da empresa, o que não nos permitiu a aplicação de todos os procedimentos previstos pelas normas de revisão limitada, estabelecidas pelo IBRACON - Instituto Auditores Independentes do Brasil, para que pudéssemos emitir relatório sobre a revisão limitada prevista, como a seguir descrito:
 - (a) Conforme destacado na Nota 11, a administração da Companhia está em processo de levantamento físico geral dos bens do ativo imobilizado, o qual deve ser concluído no segundo semestre de 2010. Dessa forma não nos foram apresentados evidências que nos permitissem concluir sobre a existência física dos bens do ativo imobilizado, cujo saldo em 31 de março de 2010 era de R\$ 1.054.986 mil. Adicionalmente, não foi praticável concluirmos sobre a adequação da depreciação registrada no resultado do período, no montante de R\$ 27.885 mil;
 - (b) Conforme destacado na Nota 6(a), a Companhia possui saldos de ICMS, COFINS e PIS a recuperar nos montantes de R\$ 90.485 mil, R\$ 54.496 mil e R\$ 27.076 mil, respectivamente. Não nos foram apresentados planos específicos que nos permitissem avaliar a

Independência S.A. (em recuperação judicial)

recuperabilidade desses saldos ou mesmo a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas na sua realização;

- (c) Conforme destacado na Nota 6(b), a Companhia possui saldos de imposto de renda retido na fonte a recuperar no montante de R\$ 5.842 mil. A administração está em processo de levantamento da documentação suporte e reconstituição do saldo acumulado dos últimos 5 anos. Tendo em vista que tal procedimento não foi concluído até o encerramento de nossos trabalhos, não foi possível concluirmos sobre o saldo dessa conta;
 - (d) Conforme destacado na Nota 10(b), não nos foram disponibilizadas as demonstrações financeiras da subsidiária integral Independência International Ltd. localizada no exterior. Dessa forma, não foi possível concluirmos sobre a necessidade de eventuais ajustes decorrentes dos procedimentos de equivalência patrimonial ou mesmo da necessidade de contabilização de eventuais provisões para fazer face a compromissos assumidos por essa subsidiária no exterior;
 - (e) Conforme descrito na Nota 8, a empresa possui despesas antecipadas relativas a pagamentos antecipados por arrendamento de plantas que encontram-se paralisadas. A recuperação dos valores adiantados depende da retomada das operações das plantas e/ou devolução dos valores pagos a título de arrendamento. Não foi possível, nas circunstâncias concluirmos sobre a necessidade de provisão caso os referidos contratos fossem considerados onerosos; e
 - (f) Conforme mencionado na Nota 9, a Companhia possui valores a receber de partes relacionadas, registrados no ativo não circulante, no montante de R\$ 143.798 mil. A realização desses saldos dependerá da geração de recursos por parte dessas partes relacionadas em montante suficiente para a sua liquidação.
- 3 Os trabalhos de revisão limitada, ainda que não concluídos, pelo descrito acima, revelaram que a Companhia não contabilizou, em 31 de março de 2010, os ajustes abaixo relacionados, como requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais aumentariam o Passivo a descoberto em R\$ 7.609 mil:
- (a) Juros sobre empréstimos no montante de R\$ 3.388 mil; e
 - (b) Despesas identificadas na reconciliação das contas de Salários a pagar, Rescisões a pagar, INSS a recolher e FGTS a recolher no montante de R\$ 4.221 mil.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

- 4 Adicionalmente, os trabalhos de revisão limitada, ainda que não concluídos, pelo descrito acima, revelaram os seguintes assuntos que julgamos merecedores de ênfase:
- (a) As demonstrações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2010 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias em regime normal de operações. Como descrito na Nota 1 às demonstrações financeiras, a Independência S.A., assim como sua controlada Nova Carne Indústria e Comércio de Carnes Ltda., encontram-se em recuperação judicial solicitadas conjuntamente em 27 de fevereiro de 2009. As empresas apresentam excesso de passivos sobre ativos e passivo a descoberto em 31 de março de 2010, o que suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional. A continuidade operacional da Companhia e de sua controlada dependerão do sucesso do plano de recuperação judicial, através das medidas já adotadas e a serem adotadas ao longo do período de recuperação. O plano de recuperação judicial originalmente aprovado em 5 de novembro de 2009 foi revisto e ajustado em Assembléia Geral de Credores realizada em 22 de junho de 2010. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.
- (b) As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao resultado do trimestre findo em 31 de março de 2009, obtidas das demonstrações financeiras daquele trimestre da F1 Carnes e Derivados Ltda., antiga denominação da Independência S.A., às quais não foram revisadas por auditores independentes. Tais demonstrações incluem, ainda, informações combinadas da F1 Carnes e Derivados Ltda. e da antiga Independência S.A., incorporada pela Companhia, para fins de comparação, as quais também não foram revisadas por auditores independentes. O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi também conduzido sob a responsabilidade de outros auditores, que emitiram parecer, com data de 1º de abril de 2010, com ressalvas sobre os seguintes assuntos: (a) ausência de recebimento de respostas de circularização e impossibilidade de realizar testes alternativos para saldos com instituições financeiras; (b) impossibilidade de concluir sobre os saldos de ativo imobilizado em razão da não confirmação da existência de itens do ativo imobilizado, como mencionado no parágrafo 2(a); (c) inexistência de controles que suportassem os saldos da rubricas Salários a pagar, Rescisões a pagar, INSS a recolher e FGTS a recolher, cujos controles foram preparados para o trimestre findo em 31 de março de 2010 e revelaram a necessidade de registro dos ajustes identificados no item 3(b); (d) ausência de contabilização de provisão para imposto de renda e contribuição social no montante total de R\$ 119.248 mil, a qual foi considerada não requerida com base em entendimento dos consultores jurídicos da Companhia, como descrito na Nota (19); e (e) ausência de apresentação de demonstrações de fluxo de caixa. O parecer dos auditores independentes continha, ainda, parágrafos de ênfase relacionados aos seguintes assuntos: (i) existência de saldos de ICMS, PIS e COFINS a recuperar no total de R\$ 167.684 mil cuja realização dependeria de geração futura de impostos a recolher; (ii) continuidade operacional, como descrito no item (a) acima, e (iii) ênfase quanto a existência de saldos a

Independência S.A. (em recuperação judicial)

receber de partes relacionadas no valor de R\$ 135.792 mil cuja realização dependera da geração de recursos por parte dessas empresas ligadas. Como anteriormente mencionado, o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, portanto antes da reelaboração das demonstrações financeiras mencionada na Nota 2.1. Em conexão com nossos trabalhos de revisão limitada descritos no primeiro parágrafo, ainda que não concluídos, revisamos os ajustes descritos nessa Nota 2.1, efetuados para corrigir as demonstrações financeiras de 2009.

- (c) Conforme mencionado na Nota 2, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme determinado pela resolução CFC 1.269/09 e facultado pela resolução CFC 1.278/10, a administração da Companhia optou por apresentar suas demonstrações financeiras intermediárias utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. A Companhia divulgou esse fato na Nota 2 às demonstrações financeiras, bem como a relação dos principais pronunciamentos contábeis que poderão impactar suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado.

Campinas, 15 de julho de 2010


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Valdir Augusto de Assunção
Contador CRC 1SP135319/O-9

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Balancos patrimoniais Em milhares de reais

Ativo	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009 (ajustado Nota 2)	Passivo e passivo a descoberto	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009 (ajustado Nota 2)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	95.937	11.996	Fornecedores	59.245	259.046
Contas a receber de clientes (Nota 4)	3.936	27.526	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	435.923	517.700
Estoques (Nota 5)	27.240	25.844	Salários e encargos sociais	38.332	36.656
Impostos a recuperar (Nota 6)	653	992	Parcelamento de tributos (Nota 17)	4.140	4.236
Despesas antecipadas (Nota 8)	11.658	67.744	Impostos e contribuições a recolher (Nota 16)	12.573	12.713
Outros ativos (Nota 7)	9.411	8.455	Outras contas a pagar	9.896	14.489
	<u>148.835</u>	<u>142.557</u>		<u>560.109</u>	<u>844.840</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Fornecedores	94.056	
Impostos a recuperar (Nota 6)	173.247	172.829	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	1.349.424	987.634
Partes relacionadas (Nota 9)	143.798	135.792	Impostos diferidos (Nota 14)	226.038	233.131
Despesas antecipadas (Nota 8)	70.409		Parcelamento de tributos (Nota 17)	58.388	58.794
Contas a receber	3.436	3.014	Provisão para perdas com o passivo a descoberto de controladas (Nota 10)	63.450	64.972
Depósitos judiciais	723	1.311	Provisão para contingências (Nota 18)	38.867	50.940
Outros ativos (Nota 7)	498	13.495	Outras contas a pagar	5.281	5.073
	<u>392.111</u>	<u>326.441</u>		<u>1.835.504</u>	<u>1.400.544</u>
Imobilizado (Nota 11)	1.054.986	1.091.291	Passivo a descoberto (Nota 19)		
Intangível (Nota 12)	1.524	1.620	Capital social	80	80
Diferido (Nota 13)	7.459	9.451	Prejuízos acumulados	(790.778)	(674.104)
	<u>1.456.080</u>	<u>1.428.803</u>		<u>(790.698)</u>	<u>(674.024)</u>
Total do ativo	<u><u>1.604.915</u></u>	<u><u>1.571.360</u></u>	Total do passivo e do passivo a descoberto	<u><u>1.604.915</u></u>	<u><u>1.571.360</u></u>

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Demonstrações do resultado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010		2009 (não revisado)
	Independência S.A.	F1 Carnes e Derivados Ltda.	Combinado
Receita operacional bruta de vendas			
Mercado interno	47.758	832	240.993
Mercado externo	16.340		180.115
Impostos e deduções sobre vendas	<u>(8.375)</u>	<u>(118)</u>	<u>(78.776)</u>
Receita líquida das vendas	55.723	714	342.332
Custo dos produtos vendidos	<u>(52.547)</u>	<u>(605)</u>	<u>(458.554)</u>
Lucro (prejuízo) bruto	<u>3.176</u>	<u>109</u>	<u>(116.222)</u>
Despesas operacionais			
Com vendas	(5.501)	(1)	(35.566)
Gerais e administrativas	(20.412)	(91)	(36.033)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(10.844)</u>	<u>(1)</u>	<u>(44.631)</u>
	<u>(36.757)</u>	<u>(93)</u>	<u>(116.230)</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	<u>(33.581)</u>	<u>16</u>	<u>(232.452)</u>
Resultado de participações societárias (Nota 10)			
Equivalência patrimonial	<u>1.523</u>		<u>(15.043)</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(66.635)	(6)	(159.464)
Receitas financeiras	2.404	9	57.385
Variações monetárias e cambiais, líquidas	<u>(27.477)</u>		<u>17.251</u>
	<u>(91.708)</u>	<u>3</u>	<u>(84.828)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(123.766)</u>	<u>19</u>	<u>(332.323)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	<u>7.092</u>		<u>6.627</u>
Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	<u>(116.674)</u>	<u>19</u>	<u>(325.696)</u>
Quantidade de ações no final do trimestre	<u>80.000</u>		
Prejuízo por ação do capital social no fim do trimestre – R\$	<u>(1.458,43)</u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Demonstração das mutações do passivo a descoberto

Em milhares de reais

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2008	80	77	157
Lucro líquido do trimestre		19	19
Em 31 de março de 2009	<u>80</u>	<u>96</u>	<u>176</u>
Em 31 de dezembro de 2009	80	(652.683)	(652.603)
Ajustes decorrentes de refazimento (Nota 2.1)		(21.421)	(21.421)
Saldo de abertura ajustado	80	(674.104)	(674.024)
Prejuízo do período		(116.674)	(116.674)
Em 31 de março de 2010	<u>80</u>	<u>(790.778)</u>	<u>(790.698)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

	<u>2010</u>		<u>2009</u> (não revisado)
	<u>Independência S.A.</u>	<u>F1 Carnes e Derivados Ltda.</u>	<u>Combinado</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(116.674)	19	(325.696)
Ajustes			
Depreciação e amortização	28.518	2	33.995
Provisão para devedores duvidosos	309		
Reversão da provisão para perdas em estoques	(286)		
Resultado da equivalência patrimonial	(1.523)		15.043
Baixa por redução a valor recuperável de despesas pré-operacionais	1.517		
Reversão da provisão para contingências	(10.955)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.092)		(6.628)
Ajuste a valor presente do contas a receber de clientes e de impostos a recuperar	(49)		
Provisão para férias e 13º salários	127		
Juros e variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	85.291		78.384
Ajuste do reconhecimento da receita	1.792		
	<u>(19.025)</u>	<u>21</u>	<u>(204.902)</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	15.755		(48.299)
Estoques	4.157	61	(10.758)
Depósitos judiciais	(530)		(2.227)
Partes relacionadas	(8.002)		21.984
Créditos com fornecedores	(105.745)	(244)	77.934
Impostos a pagar/salários e encargos sociais	1.409	(1)	(23.922)
Ajuste de avaliação patrimonial			13.257
Outras contas ativas e passivas	(7.160)		56.669
	<u>(100.116)</u>	<u>(184)</u>	<u>84.638</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(119.141)</u>	<u>(163)</u>	<u>(120.264)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado	8.737		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(377)		(25.576)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>8.360</u>		<u>(25.576)</u>

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Amortização de empréstimos	(63.242)		(313.652)
Ingressos de empréstimos	<u>257.964</u>		
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos	<u>194.722</u>		<u>(313.652)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	83.941	(163)	(459.492)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>11.996</u>	<u>359</u>	<u>493.879</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>95.937</u></u>	<u><u>196</u></u>	<u><u>34.387</u></u>

Independência S.A. (em recuperação judicial)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009**
Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Independência S.A. - atual denominação da F1 Carnes e Derivados Ltda. após incorporação da companhia Independência S.A. (em recuperação judicial) - é uma sociedade constituída por capital totalmente nacional que se destaca por atuar na área frigorífica, com qualidade e dedicação, para atender aos mercados externo e interno. Tem como atividade a exploração dos ramos de indústria frigorífica, com capacidade para garantir o abate diário de 10.800 (dez mil e oitocentas) cabeças de bovinos com as mais avançadas técnicas de cortes de carne *in natura*, congelados, resfriados, o comércio e a exportação, destacando-se no Mercado Europeu, Rússia, Oriente Médio e Ásia.

Além da industrialização de seus produtos, nela inclui-se o beneficiamento de couros bovinos, fabricação de fertilizantes orgânicos com os próprios resíduos e a industrialização de charque. Em sua organização, a Companhia é delineada por unidades de negócios que se agrupam nas divisões de carne, couros, entre outras.

Em 27 de fevereiro de 2009, a Companhia recorreu à proteção judicial, respaldada pela nova Lei de Recuperação Judicial de nº 11.101 e vem, desde então, tomando ações para enfrentar a situação, principalmente a paralisação e fechamento de diversas unidades produtivas nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, entre outras. Dessa forma, as demonstrações do resultado da companhia em 31 de março de 2009, continham dois meses de operações normais, com todas as unidades em operação normal.

Em março de 2010, dando continuidade ao plano de recuperação judicial, a Companhia captou junto ao mercado o montante de US\$ 165 milhões. Efetou ainda, no mesmo mês, pagamentos a fornecedores e pecuaristas no montante de R\$ 105 milhões.

Em 12 de abril de 2010, a Companhia anunciou a retomada das atividades de abate da unidade de Nova Andradina, MS. A unidade reiniciou as operações com o abate médio de aproximadamente 400 cabeças ao dia.

Os principais impactos do pedido de Recuperação Judicial antes mencionado, cujo plano de Plano de Recuperação ("Plano") foi aprovado originalmente em 4 de novembro de 2009, homologado pela judicialmente em 4 de dezembro de 2009, estão abaixo sumariados:

(i) Créditos quirografários

Deságio/ Perdão Parcial: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor atualizado do crédito desde a data de distribuição da Recuperação Judicial (27 de fevereiro de 2009) até a data da concessão da Recuperação Judicial pelo Juízo da Recuperação, da seguinte maneira: (i)

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

créditos em moeda corrente nacional, corrigidos pela taxa do SELIC; e (ii) créditos em moeda estrangeira, corrigido pela LIBOR (com piso mínimo de 2%), acrescidos de 1% ao ano.

Pagamento do Principal: em uma única parcela, pagável e exigível em 30 de dezembro de 2016. Os juros a serem incorridos foram segregados por moeda, sendo que dívidas em Reais apresentam taxa de 14% a.a. (quatorze por cento ao ano), enquanto que dívidas em moeda estrangeira de 12% a.a. , com incidência a partir de 1º de novembro de 2009 e pagamentos semestrais a partir de 1º de julho de 2010.

Capitalização anual à escolha da Companhia - Opção PIK: A companhia poderá, a seu exclusivo critério, optar por capitalizar anualmente certas parcelas de juros ao invés de pagá-las em dinheiro, senda que tal capitalização obedecerá às seguintes restrições e aos seguintes critérios:

- A Companhia deverá pagar em dinheiro ao menos 1% (um por cento) de juros nos dois primeiros anos, contados a partir de 10 de novembro de 2009, podendo optar por capitalizar a diferença entre o pagamento mínimo de 1% (um por cento) de juros e as taxas devidas conforme mencionado na Nota 16. O produto dessa operação será incorporado ao valor do principal em aberto;
- A partir do terceiro ano, a Companhia deverá pagar em dinheiro ao menos 4% (quatro por cento) de juros, podendo optar por capitalizar a diferença entre o pagamento mínimo de 4% (quatro por cento) de juros e as taxas devidas conforme o acima mencionado. O produto dessa operação será incorporado ao valor do principal em aberto;
- No sétimo ano os juros deverão ser integralmente pagos em dinheiro. Nessa categoria também foi enquadrado o débito originado em derivativos, que deixaram de existir de forma destacada no passivo por terem sido trocados por dívidas em reais obedecendo ao mesmo critério descrito acima.

(ii) Créditos com garantia real

Carência de 2 (dois) anos de juros e de 4 (quatro) anos de principal, contados a partir de 1º de novembro de 2009. Os juros incidirão e serão computados no Período de Carência.

Os juros são calculados pela variação do IPCA, acrescido de 7% a.a. (sete por cento ao ano), incidindo desde a data da distribuição da recuperação judicial (27 de fevereiro de 2009) até o efetivo pagamento.

O pagamento de juros ocorrerá em parcelas mensais e consecutivas a partir de 1º de novembro de 2011 até o final do período, sendo que a partir de 1º de novembro de 2013,

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

quando do término da carência a parcela de juros será devida e paga juntamente com o valor de principal. O pagamento do principal ocorrerá em 36 parcelas mensais, iguais e consecutivas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 12 de julho de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito no item 2.3 adiante.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, para créditos de liquidação duvidosa, para estoques obsoletos, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 foram ajustadas para refletir correção de erros identificados em 2010 referentes, principalmente, a (i) baixa de créditos a receber sem perspectiva de realização, (ii) juros de empréstimos e financiamentos contabilizados fora do período de competência, (iii) reclassificação de depósitos judiciais e de valores seqüestrados pelo banco que estão em negociação, (iv) segregação entre intangível e ativo imobilizado, e (v) segregação de tributos a recolher e tributos em processo de parcelamento (REFIS) entre curto e longo prazo.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

Os ajustes sumariados abaixo tiveram seus efeitos refletidos nas seguintes principais rubricas:

	<u>Anteriormente publicado</u>	<u>Ajustes de exercícios anteriores</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>2009 ajustado</u>
Impostos a recuperar - circulante	77.976		(76.984)	992
Outros créditos – circulante	9.154		(699)	8.455
Impostos a recuperar - não circulante	95.845		76.984	172.829
Depósitos judiciais	612		699	1.311
Outros créditos - não circulante	6	(11.237)	24.726	13.495
Imobilizado	1.092.911		(1.620)	1.091.291
Intangível			1.620	1.620
Empréstimos e financiamentos – circulante	482.452	10.522	24.726	517.700
Parcelamento de tributos – circulante			4.236	4.236
Impostos e contribuições a recolher	16.949		(4.236)	12.713
Outras contas a pagar – circulante	14.827		(338)	14.489
Prejuízos acumulados	(652.683)	(21.421)		(674.104)

A demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2009, apresentada para fins de comparação, não foi ajustada uma vez que os ajustes identificados referem-se, basicamente, ao último trimestre do exercício de 2009.

2.2 Principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.

(b) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, quando aplicável, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Não há ativos classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009**
Em milhares de reais

**(i) Ativos financeiros mensurados ao valor
justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos, quando contratados, também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma rubrica do resultado afetada pela referida operação.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de março de 2010 correspondia a, em média, 8,61% a.a. (31 de dezembro de 2009 – 8,55% a.a.).

(d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram calculados sobre mais valia de bens reavaliados pela antiga Independência S.A., a qual foi incorporada. A realização desses tributos é reconhecida no resultado do exercício. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 15).

(f) Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(g) Investimentos em controladas e coligadas

(i) Custo e/ou valor patrimonial

Os investimentos em sociedades controlada e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

receita) operacional. No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na conta "Provisão para perdas com o passivo a descoberto de controladas" (Nota 10).

(h) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

(i) Imobilizado

São demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e incluem reavaliação efetuada em anos anteriores por empresa incorporada.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009**
Em milhares de reais

(j) Intangíveis

(i) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 12.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 12.

(ii) Outros ativos intangíveis

Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais, licenças e direitos de exploração são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 12. Os ativos intangíveis não são reavaliados.

(k) Diferido

O diferido, formado até 31 de dezembro de 2008 por despesas pré-operacionais, é amortizado no período de até dez anos.

(l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

(m) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado, nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na Nota 11.

Os arrendamentos mercantis, nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais (Nota 14). Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

(n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(o) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

(p) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

- . Contingências passivas - são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e as classificadas como remotas não requerem provisão e nem divulgação.

(q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como critério de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador ou, no caso de exportações, de acordo com cláusulas internacionais de fretes.

(r) Demonstrações financeiras combinadas

A fim de manter a comparabilidade das demonstrações financeiras da Independência S.A., atual denominação da F1 Carnes e Derivados Ltda., combinadas com as informações da antiga Independência S.A., incorporada em dezembro de 2008 pela F1 Carnes e Derivados Ltda.

2.3 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão impactar as demonstrações financeiras da Empresa de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação. A Empresa não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009
Em milhares de reais

(a) Pronunciamentos

- . CPC 15 - Combinação de negócios
- . CPC 18 - Investimentos em coligadas
- . CPC 20 - Custos de empréstimos
- . CPC 21 - Demonstração intermediária
- . CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- . CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- . CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- . CPC 27 - Ativo imobilizado
- . CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola
- . CPC 30 - Receitas
- . CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
- . CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- . CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- . CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- . CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- . CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação

(b) Interpretações

- . ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- . ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28
- . ICPC 11 - Recebimento em transferência de ativos de clientes
- . ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares

(c) Estimativa dos efeitos

A Empresa está em período de avaliação dos impactos dos novos pronunciamentos, porém ainda não foi praticável estimar os efeitos nas demonstrações financeiras que advirão da aplicação desses pronunciamentos em 2010.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa e bancos	93.481	2.048
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2.456	8.542
Cédula de Produtor Rural – CPR		1.406
	<u>95.937</u>	<u>11.996</u>

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009
Em milhares de reais

4 Contas a receber

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Contas a receber – mercado interno	4.001	13.485
Contas a receber – mercado externo	7.272	20.604
Ajuste a valor presente	(640)	(597)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.261)</u>	<u>(2.952)</u>
	7.372	30.540
Circulante	<u>(3.936)</u>	<u>(27.526)</u>
Não circulante	<u>3.436</u>	<u>3.014</u>

5 Estoques

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Produtos acabados	10.291	4.067
Matérias-primas	73	1.582
Produtos em elaboração		2.640
Materiais de embalagem	6.189	6.391
Almoxarifado	10.687	11.450
Provisão para obsolescência		<u>(286)</u>
	<u>27.240</u>	<u>25.844</u>

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009
Em milhares de reais

6 Impostos a recuperar

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
ICMS	89.648	89.564
COFINS	54.497	54.249
PIS	23.076	22.735
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.842	5.834
ICMS sobre ativo imobilizado	1.006	1.700
	<u>(169)</u>	<u>(261)</u>
	173.900	173.821
Circulante	<u>(653)</u>	<u>(992)</u>
Não circulante	<u>173.247</u>	<u>172.829</u>

- (a) A Companhia está avaliando a possibilidade de recuperação dos saldos de ICMS, COFINS e PIS a recuperar em suas atividades normais de acordo com seu plano de recuperação. Tais estudos estão em andamento na data dessas demonstrações financeiras.
- (b) Imposto de renda retido na fonte a recuperar referem-se, principalmente a aplicações financeiras. Atualmente, a administração está em processo de levantamento da documentação suporte e reconstituição do saldo acumulado dos últimos 5 anos, com vistas a reconfirmar o saldo existente.

7 Outros ativos

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Adiantamentos diversos	8.386	7.295
Empréstimos a funcionários	548	550
Sinistro de mercadorias a receber	186	335
Valores bloqueados	498	
Depósitos bancários retidos		13.489
Outros valores a receber	<u>291</u>	<u>281</u>
	9.909	21.950
Circulante	<u>(9.411)</u>	<u>(8.455)</u>
Não circulante	<u>498</u>	<u>13.495</u>

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009
Em milhares de reais

8 Despesas antecipadas

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Despesas com arrendamento de plantas industriais	59.029	51.172
Despesas de comissões, IOF e outras relacionadas a empréstimos	21.414	15.864
Outras despesas antecipadas	<u>1.624</u>	<u>708</u>
	82.067	67.744
Circulante	<u>(11.658)</u>	<u>(67.744)</u>
Não circulante	<u>70.409</u>	<u> </u>

As despesas com arrendamento de plantas referem-se principalmente à pagamentos antecipados relacionados com as plantas de Juina, Confressa e Pontes e Lacerda, atualmente desativadas. A recuperação dos valores adiantados dependerá da retomada das operações das plantas e/ou devolução dos valores pagos a título de arrendamento.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009
Em milhares de reais

9 Partes relacionadas

	2010				2009			
	Independência Guarani Sociedad Anonima	Independência Participações S.A	Nova Carne Indústria de Alimentos Ltda.	Total	Independencia Guarani Sociedad Anonima	Independência Participações S.A	Nova Carne Indústria de Alimentos Ltda.	Total
Saldos								
Ativo Circulante								
Conta a receber								
Mútuos	1.337	130.550	11.911	143.798	1.337	130.547	3.908	135.792

As transações com partes relacionadas referem-se, basicamente a mútuos, os quais não possuem incidência de encargos ou data de vencimento.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009
Em milhares de reais

10 Investimentos em controlada e coligadas

(a) Informações sobre investimentos

	Milhares de ações ordinárias ou quotas possuídas pela Companhia	Participação da Companhia no capital social integralizado - %	Passivo a descoberto	Prejuízo
Em 31 de março de 2010				
Nova Carne Indústria de Alimentos Ltda. (em recuperação judicial)	990.000	99,00	(63.231)	(1.538)
Independência International Ltd. Independencia Guarani Sociedad Anonima	50.000 11.800		(221)	(17)
Em 31 de dezembro de 2009				
Nova Carne Indústria de Alimentos Ltda. (em recuperação judicial)	990.000	99,00	(64.769)	(23.277)
Independência International Ltd. Independencia Guarani Sociedad Anonima	50.000 11.800		(204)	(6.583)

(b) Movimentação dos investimentos

	Nova Carne Ind. de Alimentos Ltda. (em recuperação judicial)	Independencia Guarani Sociedad Anonima	Total
Movimentação			
Saldos em 31 de dezembro de 2008	(41.811)	8.055	(33.756)
Variação cambial do exercício		(1.641)	(1.641)
Ajuste de equivalência patrimonial	(22.958)	(6.617)	(29.575)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(64.769)	(203)	(64.972)
Variação cambial do exercício		(5)	(5)
Ajuste de equivalência patrimonial	1.538	(11)	1.527
Saldos em 31 de março de 2010	(63.231)	(219)	(63.450)
Composição do saldo			
Valor do investimento	(63.231)	(219)	(63.450)

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

As demonstrações financeiras das empresas controladas Nova Carne Indústria de Alimentos Ltda. (em recuperação judicial) e Independencia Guarani Sociedad Anonima foram revisadas, na extensão julgada necessária para suporte aos saldos de provisão para passivo a descoberto, pelos mesmos auditores independentes da Companhia.

Independencia International Ltd. – Empresa constituída em agosto de 2006 sediada nas Ilhas Cayman. Seu principal objetivo é a operacionalização de transações de exportação de produtos para mercados externos e captação de recursos para a Independência S.A. Em razão da recuperação judicial da Independência S.A., a empresa encontra-se com suas operações paralisadas e não foram elaboradas demonstrações financeiras para o trimestre findo em 31 de março de 2010.

11 Imobilizado

		<u>2010</u>		<u>2009</u>
	Taxa anual de depreciação - %	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor residual (não auditado)</u>
Terrenos		62.265		62.265
Florestas		1.029		1.029
Edificações e benfeitorias		446.004	76.767	375.553
Máquinas e equipamentos	10 a 20	698.892	183.894	532.208
Veículos	20	44.037	33.264	19.124
Móveis e utensílios	20	9.112	3.259	6.071
Instalações industriais		127.844	42.963	88.786
Bens de informática	20	13.526	8.029	5.976
Outros		24		22
Adiantamento de imobilizado		<u>429</u>		<u>257</u>
		<u>1.403.160</u>	<u>348.176</u>	<u>1.091.291</u>

A movimentação do ativo imobilizado no período findo em 31 de março de 2010 está abaixo apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.091.291
Depreciação	(27.885)
Adições	313
Baixas	<u>(8.733)</u>
Saldo em 31 de março de 2009	<u>1.054.986</u>

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

A administração da Companhia está em processo de levantamento físico geral de seu ativo imobilizado, o qual deve ser concluído no segundo semestre de 2010, com o objetivo de confirmar a existência de todos os itens registrados em seu ativo, bem como de revisar as taxas de depreciação em consonância com o requerido pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado.

12 Intangível

	<u>Softwares adquiridos</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.608	12	1.620
Aquisição	63		63
Amortização	(159)		(159)
Saldo em 31 de março de 2010	<u>1.512</u>	<u>12</u>	<u>1.524</u>
Custo total	4.360	12	4.372
Amortização acumulada	(2.848)		(2.848)
Valor residual	<u>1.512</u>	<u>12</u>	<u>1.524</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	10	

13 Diferido

	<u>Despesas pré- -operacionais</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	9.451
Baixas	(1.517)
Amortização	(475)
Saldos em 31 de março de 2010	<u>7.459</u>
Taxas anuais de amortização - %	20

Conforme permitido pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09) e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível, permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009
Em milhares de reais

14 Imposto de renda e contribuição social

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos de passivos diferidos referem-se a impostos sobre mais valia de ativos (reavaliação). Os impostos diferidos serão computados na determinação do lucro real na medida em que os bens reavaliados, ora incorporados, forem realizados.

15 Empréstimos

Modalidade/finalidade	Taxa anual de juros - %	Controladora e consolidado	
		2010	2009
Bonds (US\$)	12,00%	883.228	567.842
ACC (US\$)	12,00%	374.661	378.146
Capital de Giro	14,00%	318.078	329.479
Capital de Giro (US\$)	12,00%	118.933	112.918
Pré-pagamento (US\$)	12,00%	39.353	52.957
BNDES Finame	TJLP + 3,50%	38.369	51.167
Leasing	18,10%	11.898	11.612
Outros		827	1.213
		1.785.347	1.505.334
Circulante		(435.923)	(517.700)
Não circulante		1.349.424	987.634

Títulos de dívida no exterior (Bonds): A Companhia emitiu bônus no mercado internacional, entre 2007 e 2008, no montante de US\$225.000 mil e US\$300.000 mil com prazo de vencimentos de 10 e 7 anos respectivamente. Em 20 de fevereiro de 2009, a Companhia realizou recompra parcial destes títulos de dívida no exterior com deságio sobre o valor de face da ordem de 60%. O valor de recompra totalizou R\$ 290.000. O valor líquido em 31 de dezembro de 2009 é de R\$567.842.

Em 28 de março de 2010 a Companhia emitiu novos títulos de dívida no exterior no montante de US\$ 165.000 mil com prazo de vencimento de 5 anos.

Os Bonds apresentam cláusulas de “covenants” classificadas entre financeiras, gerais e de governança corporativa.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

Os “covenants” financeiros devem ser mensurados à partir de março de 2011 e envolvem os seguintes índices financeiros:

- (i) Índice de cobertura de juros mínimo;
- (ii) Índice de cobertura de taxa fixa mínimo;
- (iii) Índice de cobertura de juros mínimo sobre caixa mínimo;
- (iv) Empréstimos/ EBTIDA – lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização;

Os “covenants” de governança corporativa envolvem, dentre outros aspectos, a criação de um comitê de auditoria independente e a manutenção de um corpo diretivo com número mínimo de diretores, além da realização de revisões limitadas em cada trimestre por auditores independentes até a data de vencimento dos Bonds, em 2015.

Dentre os “covenants” classificados como gerais, os principais pontos envolvem:

- (i) Limite máximo de dispêndio de capital na aquisição de ativo fixo;
- (ii) Limite mínimo de caixa e equivalentes de caixa registrado;
- (iii) Limitações quanto à aquisição e combinação de subsidiárias do grupo;
- (iv) Limites de transação com partes relacionadas; e
- (v) Limites quanto ao pagamento de dividendos.

A avaliação de cumprimento dos “covenants” deverá ser feita em base trimestral até data de vencimento dos BONDS. Nenhuma quebra de “covenant” ou evento de default foi apontada para o período findo em 31 de março de 2010.

Leasing: Arrendamento mercantil financeiro de veículos, máquinas, equipamentos de informática e instalações industriais com prazo de vencimento médio de 2 a 3 anos.

Os compromissos assumidos em virtude dos contratos, a valor presente, podem ser resumidos como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
2010	5.935	11.612
2011	2.099	
2012	996	
2013	1.224	
2014 em diante	<u>1.644</u>	
	<u>11.898</u>	<u>11.612</u>

ACC: Contratos de financiamento de operações de exportação, renegociados diretamente com as instituições financeiras, não fazem parte da recuperação judicial citada na Nota 1.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009
Em milhares de reais

16 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Circulante		
ICMS	178	397
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	188	349
ISSQN	234	228
FUNRURAL	11.683	11.683
Outros	290	56
	<u>12.573</u>	<u>12.713</u>

17 Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando usufruir benefícios do referido programa de parcelamento de suas obrigações fiscais.

A Companhia optou por migrar para o REFIS IV, um dos parcelamentos obtidos em agosto de 2006, no valor de R\$ 63.029 em 31 de dezembro de 2009.

A Companhia decidiu não registrar o ganho correspondente à redução das multas de mora e de ofício contabilizadas no passivo em razão de não ter sido praticável apurar tais ganhos, visto que não foram disponibilizados pela Secretaria da Receita Federal os critérios objetivos para os cálculos.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

O montante original das dívidas incluídas no PAES, segregado por tipo de tributo e natureza (principal, multas e juros), pode ser demonstrado como segue:

	31 de março de 2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009	63.030
Atualizações monetárias	566
Pagamentos efetuados	<u>(1.068)</u>
Saldo em 31 de março de 2010	62.528
Circulante	<u>(4.140)</u>
Não circulante	<u><u>58.388</u></u>

18 Contingências e compromissos assumidos

- (a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
Contingências tributárias			1.393	2.081
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.841		12.664	20.400
Reclamações cíveis e financeiras			<u>25.928</u>	<u>28.459</u>
	<u>1.841</u>		39.985	50.940
Depósitos judiciais			<u>(1.118)</u>	
Provisão para contingências, líquida			<u><u>38.867</u></u>	<u><u>50.940</u></u>

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

- (b) A movimentação da provisão no período findo em 31 de março de 2010 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	50.940
Reversões	<u>(10.955)</u>
Saldo em 31 de março de 2010	<u><u>39.985</u></u>

- (c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- . Tributárias – consiste em autuação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo relacionada ao recolhimento de ICMS (“Guerra Fiscal”).
- . Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- . Ações cíveis – movidos contra outras empresas ou pessoas físicas contra a Companhia.

- (d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tributárias	236.116	1.645
Cíveis e financeiras	22.225	50.831
Trabalhistas	<u>10.854</u>	<u>20.520</u>
	<u><u>273.195</u></u>	<u><u>72.996</u></u>

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 Em milhares de reais

As contingências tributárias referem-se principalmente a discussão de créditos fiscais questionados pela Fazenda Estadual sobre ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - "Guerra Fiscal" - principalmente entre os estados de Mato Grosso e São Paulo.

As contingências financeiras referem-se principalmente a créditos executados por instituições financeiras que até o momento ainda estão em discussão entre a Companhia e as instituições financeiras.

Em 2009, durante a operação de reorganização financeira e societária realizada pela Companhia, no âmbito do seu plano de recuperação judicial a Companhia efetuou o aproveitamento integral dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido detidos pela sociedade incorporada Independência S.A., a qual foi extinta por ocasião da incorporação, resultando em uma redução total de R\$ 140.836 no imposto de renda e contribuição social apurados no exercício de 2009. Muito embora não haja previsão legal para tal compensação integral, a administração da Companhia realizou tal compensação por entender ser legítima e está suportada por opinião de seus consultores jurídicos que entendem ser possível as chances de êxito da Companhia caso esta venha a ser contestada pelas autoridades tributárias.

19 Passivo a descoberto

(a) Capital social

É dividido em 80.000 ações ordinárias de R\$1 scada uma. Os acionistas estão apresentados da seguinte forma:

	<u>Participação</u> %	<u>Quantidade</u> <u>de ações</u>
Independência Participações S.A.	99,996%	79.997
Roberto Graziano Russo	0,0013%	1
Miguel Graziano Russo	0,0013%	1
Tobias Bremer	0,0013%	1
	<u>100,00%</u>	<u>80.000</u>

Independência S.A. (em recuperação judicial)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009**
Em milhares de reais

20 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Em 31 de março de 2010, a Companhia não possuía contratadas operações de instrumentos financeiros derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos utilizados pela Companhia, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Investimentos

Consistem, principalmente, em investimentos em coligadas de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

(d) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e aproxima-se do valor de mercado.

(e) Riscos de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009**
Em milhares de reais

(g) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(h) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira.

Independência S.A. (em recuperação judicial)

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009
Em milhares de reais

Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessa data.

	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	<u>Moeda estrangeira</u>	<u>Reais</u>	<u>Moeda estrangeira</u>	<u>Reais</u>
Ativo				
Contas a receber em US\$	6.015	10.713	11.935	20,781
Partes relacionadas	74.052	131.887	75.743	131.884
Passivo				
Fornecedores em US\$	(927)	(1.651)	(92)	(159)
Empréstimos em US\$	(795.621)	(1.417.001)	(633.215)	(1.102.554)
Exposição líquida	<u>876.615</u>	<u>1.561.252</u>	<u>720.985</u>	<u>1.255.378</u>

21 Seguros

Em 31 de março de 2010, a Companhia possuía contratado seguros sobre o seu ativo imobilizado no valor de R\$ 199.606, para cobertura de danos materiais. O montante segurado é julgado suficiente pela administração, considerando os riscos envolvidos e as diversificação de localização de suas plantas.

* * *